

A MIGRAÇÃO INTRA-REGIONAL E RURAL-URBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM BREVE ENSAIO¹

Erika Vanessa Moreira²
Paulo Cesar de Souza³

Resumo

Neste texto, o objetivo é abordar o processo migratório intra-regional e rural-urbano no Estado de São Paulo, na década de 1990. Diferentemente das décadas de 1970 e 1980, em que o deslocamento das pessoas oriundas das áreas rurais para os centros urbanos era acentuado e crescente, em função da concentração industrial nas áreas metropolitanas e da incorporação do pacote tecnológico na agricultura paulista, atualmente há um *commuting* ou migração pendular, justamente pela implantação e pavimentação das vias de circulação e maior acesso ao transporte público. As fontes secundárias utilizadas foram sistematizadas a partir dos dados obtidos junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e à Fundação SEADE (Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados).

Palavras-chave: migração intra-regional, rural-urbano, Estado de São Paulo.

Abstract

In this article we intend to analyze the migration process intra-regional and rural-urban in the state of Sao Paulo in 1990s. Unlike the 1970s and 1980s, when the displacement of people from rural areas to urban centers was accentuated and increased due to industrial concentration in metropolitan areas and incorporation of the technology package in agriculture in São Paulo, there is now commuting because of the implantation and pavement of traffic routes and improved access to public transportation. The secondary sources used were obtained from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and SEADE (Foundation of the State System of Data Analysis).

Keywords: Intra-regional migration, rural-urban, State of Sao Paulo

Introdução

O movimento se sobrepõe ao repouso (SANTOS, 2003), a mobilidade constante entre as diferentes regiões brasileiras, estados, municípios e, também, entre o campo e a cidade (situação de domicílio) é cada vez mais marcante. Esse movimento, por sua vez, acentua-se com melhorias nos meios de transporte e de comunicação⁴.

O objetivo do texto é discorrer sobre a migração (rural-urbano e intra/inter-regional) no Estado de São Paulo, com recorte temporal entre a década de 1990 até o contexto atual (2008), abordando, de maneira sucinta, as especificidades regionais articuladas aos processos de modernização agrícola e de desconcentração industrial.

Além da introdução o texto está estruturado em três partes, as considerações finais e as referências. Na primeira parte, as preocupações estão voltadas à compreensão geral do Estado de São Paulo, com acentuação da área e da população, tendo como ponto de partida as Regiões Administrativas (RAs). A segunda parte corresponde à análise dos processos de migração (pendular ou *commuting*⁵) e de desconcentração industrial no Estado de São Paulo. As especificidades regionais, em particular as características demográficas e econômicas da RA de Presidente Prudente, são abordadas na terceira parte. Apesar das limitações, este artigo procurará indicar, com base nas informações disponíveis nos sites do IBGE e da Fundação SEADE, a relação entre processo migratório, urbanização e novas atividades agrícolas e não-agrícolas no Estado de São Paulo no período de 1990 e 2008.

¹ Este texto é fruto do seminário de doutorado ministrado pelo Prof. Roberto Gonzalez, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, em agosto de 2008.

² Doutoranda em Geografia FCT/Unesp, Bolsista Fapesp evmgeo@yahoo.com.br

³ Doutorando em Geografia FCT/Unesp, Bolsista da Secretaria da Educação de SP paulinhogeo@hotmail.com

⁴ Segundo Santos (2003), vivencia-se, atualmente, o período técnico-científico e informacional, cuja matéria-prima é a informação.

⁵ Alguns autores denominam este tipo de movimento não como migração, mas como mobilidade populacional (CUNHA, 2005).

Contexto histórico do processo migratório do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo - recorte espacial adotado - está localizado na Região Sudeste do Brasil (Mapa 01) e possui uma extensão territorial que corresponde a 248.209,4 Km².

O estado possui 645 municípios e uma população de 41,734 milhões (cerca de 21% da população nacional), segundo estimativa da Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), referente ao ano de 2008. É o estado com maior PIB (Produto Interno Bruto) do país, com riquezas que somam em torno de R\$ 727.052,82 milhões.



Mapa 01: Localização do Estado de São Paulo no Brasil e das RAs.

A Fundação SEADE regionaliza o estado em RAs (Regiões Administrativas) e RG (Regiões de Governo). Ao todo, são 41 RGs e 15 RAs, sendo que destas últimas 03 são RMs (Regiões Metropolitanas) – São Paulo, Baixada Santista (litoral norte) e Campinas (Quadro 01).

Nome das RAs	Rural
RA de Presidente Prudente	Pobre, baixo nível tecnológico, pecuária extensiva, conflitos agrários e concentração fundiária.
RA de Araçatuba	Predomínio da pecuária intensiva/extensiva, nível tecnológico médio/alto.
RA de Marília	
RA de São José do Rio Preto	
RA de Barretos	
RA de Sorocaba	Pecuária, matas e florestas e predomínio da população rural.
RA de Ribeirão Preto	Elevado grau de urbanização, predomínio do agronegócio e agricultura tecnificada.
RA de Franca	
RA de Bauru	Pecuária extensiva, agricultura moderna e participação expressiva da população urbana.
RA Central	
RA de Campinas	
RA de São José dos Campos	Alto grau de urbanização e agricultura diversificada (predominância de pequenas propriedades)
RA de Registro	Grau de pobreza elevado, pequenas propriedades, produção de banana, chás e reflorestamento.
RM de São Paulo	Produção hortifrutigranjeira e alto grau de urbanização.
RM da Baixada Santista	

Quadro 01: Principais características das áreas rurais, segundo as RAs.

A partir das características contidas no quadro 01, é possível destacar dois pontos. Em primeiro lugar, o grau diferenciado do processo de modernização da agrícola na escala estadual. Em segundo, a estrutura produtiva distinta, segundo as RAs mencionadas. Esses dois aspectos são importantes para a compreensão tanto do perfil populacional paulista como dos fluxos intra-regionais.

Analisando as correntes migratórias no Estado de São Paulo, verificou-se desde o início do século XX uma tendência em direção ao interior que propiciou a ocupação e o povoamento do território paulista. Além desse aspecto podem ser destacados os fluxos migratórios ao longo de eixos naturais (cursos d'água e espigões) e outros produzidos pela ação antrópica (estradas, ferrovias e rodovias). Os fluxos naturais, evidentemente, representaram as condições físicas do território paulista por onde se

desenvolveram os fluxos populacionais e produtivos. Foi, primeiramente, ao longo dos cursos dos rios que o Estado foi desbravado, quando o terreno oferecia diversidades de rios com cabeceiras próximas às áreas onde se desenvolvia a cidade de São Paulo – num planalto mais elevado, e desembocavam em outras bacias como as do Paranapanema, a sudoeste, e o Paraná, a oeste, chegando a mais de 500 Km de extensão.

Os desbravadores, primeiramente mineiros, abriram as fronteiras do chamado grande sertão paulista para um novo fluxo populacional, os imigrantes europeus, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, além de japoneses, que também participaram desse processo.

Com o aumento acelerado da produção do café no interior paulista, o governo associado ao capital privado internacional, propiciou o alargamento das fronteiras do Estado rumo ao sertão através da construção de ferrovias e estradas para o deslocamento dos fluxos migratórios e o escoamento da produção de café e, posteriormente, de grãos e de carne bovina (MONBEIG, 1984).

No decorrer do século XX, foram construídas ferrovias e rodovias nos grandes espigões de água que dividem as bacias hidrográficas do interior do Estado de São Paulo e, ao longo destas, verificou-se o surgimento de vilas e cidades, formando, em alguns lugares, centros populacionais regionais que hoje representam grandes e médias cidades do interior paulista como pólos de atração de indústrias, bens e serviços (MONBEIG, 1984).

Entretanto, as correntes migratórias que possibilitaram essa ocupação até a década de 1950, após os anos 1960 e, principalmente, nos anos 1970 e 80 tiveram sentido inverso. Com a crise no meio rural, a expansão dos latifúndios, as discrepâncias e a decadência do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) e o êxodo rural, muitas pessoas oriundas de diversas regiões do interior do estado direcionavam-se rumo tanto às regiões metropolitanas quanto aos centros regionais como Bauru, Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Araraquara etc.

Municípios como Presidente Prudente, Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba, passaram a ter mais de 100 hab./Km² após as décadas de 1970/80. Outros municípios vão ter essa taxa de densidade demográfica apenas no final do século XX, especificamente em 2000, que são os municípios considerados pólos sub-regionais como Tupã, Ourinhos, Assis, Adamantina, Dracena e Andradina, situados nas regiões administrativas de Presidente Prudente, Araçatuba e Marília, e considerados, atualmente, como centros urbanos regionais de influência.

Mais de um terço do território paulista estava relativamente povoado nas duas últimas décadas do século XX, ou seja, com mais de 100 hab./Km², sendo que as escalas de municípios com 30 – 50, 50 – 70 e 70 – 100 hab./Km² também representavam uma parcela do território relativamente maior do que nas décadas anteriores de 1940 e 1960.

Foi na década de 1990 que se observou um novo cenário na dinâmica populacional no Estado de São Paulo. Paralelo ao novo padrão econômico brasileiro, a abertura de mercado, o crescimento acelerado do setor agroindustrial, os movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra e a redemocratização, setores públicos, empresariais e sociais passaram a exercer um papel diferenciado no cenário nacional e paulista.

De fato, houve um aumento no número de municípios com mais de 1.000 hab./Km², de 11 para 22, sobretudo aqueles localizados nas áreas metropolitanas, como São Paulo e Campinas.

Verificou-se que, no final dos anos de 1990 e início deste século, a dinâmica demográfica no interior do Estado de São Paulo desacelerou-se, diminuindo o número de migrantes internos nos dois sentidos, ou seja, tanto da capital para o interior como do interior para capital. Outro fator é a diminuição da saída das populações das cidades menores para os centros regionais.

Tabela 01 – Evolução da População no Estado de São Paulo – 1940 e 2000

Anos	População	Crescimento Absoluto Decenal	Saldo Vegetativo Decenal	Saldo Migratório Decenal	Taxa de crescimento anual (%)
1940	7.180.316				
		1.954.107	1.469.600	484.507	2.44
1950	9.134.423				
		3.840.276	2.691.489	1.148.787	3.57
1960	12.974.699				
		4.797.249	3.372.211	1.425.038	3.20
1970	17.771.948				
		7.269.764	4.185.591	3.083.173	3.49
1980	25.040.712				
		6.505.761	5.919.097	536.664	2.12
1991	31.546.473				
		*	*	*	*
2000	36.909.200				

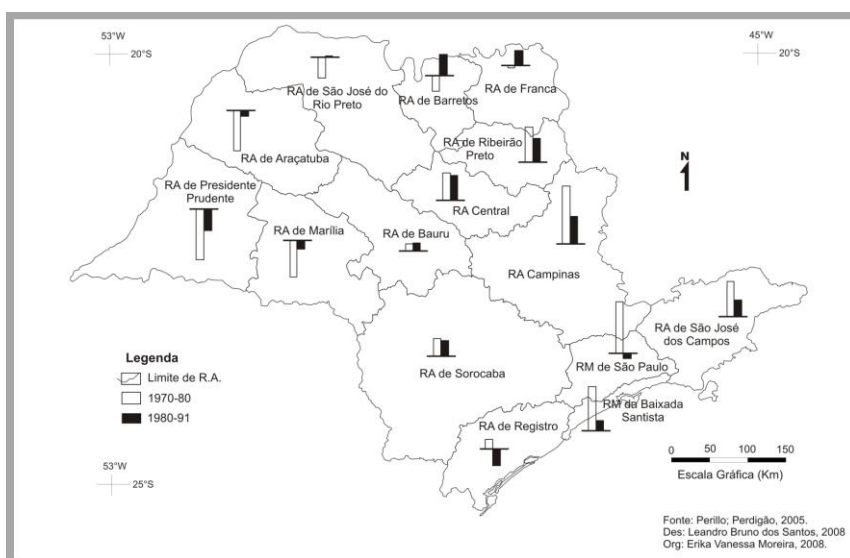
Fonte: SEADE/IBGE; Perillo (1996) * dados não disponíveis

A tabela 01 permite constatar que, entre 1980 e 1991, houve tanto uma redução no ritmo de crescimento da população estadual como uma desaceleração do ritmo de migração no/para o Estado de São Paulo (PERILLO, 1996). O processo de migração envolve, de maneira geral, alguns fatores, a saber: a (des)concentração das atividades econômicas, o processo de urbanização (difusa ou não), o crescimento industrial e a expansão de monoculturas destinadas à exportação (cana-de-açúcar, laranja, soja, café etc.) (PERILLO; ARANHA, 1993, p.138).

Segundo Perillo; Perdigão (2003), as atividades urbano-industriais direcionaram o processo migratório no território paulista até a década de 1990. No contexto atual, com a reestruturação produtiva, há um processo denominado “interiorização do desenvolvimento”⁶. Contudo, esse processo atinge, primeiramente, as regiões situadas no entorno da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), como Campinas, Sorocaba, Baixada Santista etc.

A *desconcentração industrial* fortaleceu o processo migratório intra-estadual, ou seja, entre as diferentes regiões do próprio estado. Perillo; Perdigão (2005, p. 98) salientam que:

[...] a reestruturação na atividade produtiva, sobretudo no setor industrial, eliminou significativa parcela de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que a terceirização de atividades, antes realizadas na planta industrial, contribuiu para que parte dos empregos eliminados fossem incrementados nos serviços.



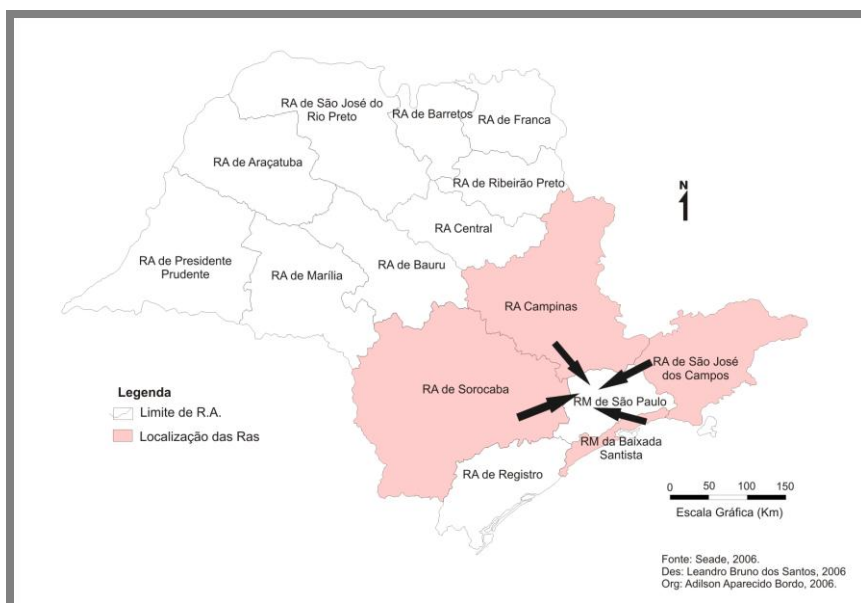
Mapa 03: Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo perda e chegada de imigrantes entre 1970 e 1991

Segundo os dados da Fundação SEADE, em 2000, os deslocamentos dentro do próprio estado foram de, aproximadamente, 1 milhão de pessoas, e o destino foi das áreas metropolitanas para o interior. Mas essa migração intra-estadual atingiu as regiões paulistas situadas nos eixos de maior *desenvolvimento econômico* (CANO, 1988).

A partir do mapa 3 é possível visualizar que os municípios localizados na porção central e norte exercem forte atração populacional (principalmente em relação às áreas metropolitanas). Em contrapartida, aqueles situados nas porções oeste, noroeste e sul, apresentaram saldos migratórios negativos. Essa ‘atração’ está vinculada à presença de infra-estrutura, especialmente as vias de circulação (rodovias) – Bandeirantes, Anhanguera, Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Castelo Branco, Marechal Rondon e Fernão Dias.

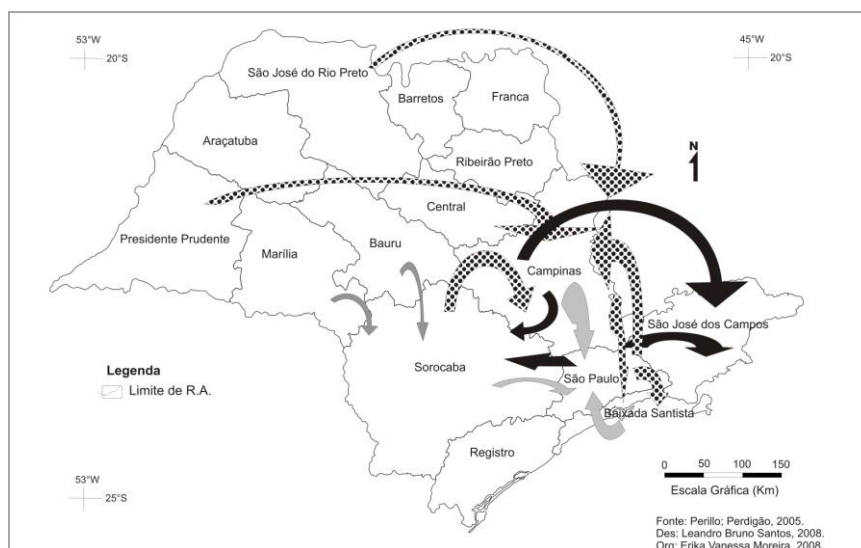
O mapa 04 mostra a origem, por RAs, dos migrantes com destino à Região Metropolitana de São Paulo.

⁶ Perillo; Perdigão (2003) mencionam alguns fatores que propiciaram essa *interiorização do desenvolvimento*: as condições estruturais existentes no interior; os investimentos maciços em infra-estrutura energética; de transportes e comunicações; o crescimento da agroindústria da cana e da laranja; a proximidade do mercado consumidor, dentre outros.



Mapa 04: Sentido da migração intra-regional no Estado de São Paulo

É importante salientar, com base no mapa 4, que a RM de São Paulo, mesmo com crescimento populacional pós anos 1970 menor que nos anos anteriores, continua sendo um pólo de atração de fluxo de pessoas na escala intra-regional no estado. A RM atrai, principalmente, pessoas das RAs de Sorocaba, de Campinas, de São José dos Campos, e a RM da Baixada Santista.



Mapa 05: Fluxos migratórios intra-regionais no Estado de São Paulo, entre 1995 e 2000

O mapa 05 apresenta os fluxos migratórios das diferentes RAs dentro do próprio território paulista. Verifica-se um fluxo intenso das demais RAs para RA de Campinas e RM de São Paulo, ou seja, houve um deslocamento industrial para o interior próximo, que dista 150 Km da RM de São Paulo.

Além dessa migração intra-regional permanente, tem-se a migração de caráter temporária e/ou pendular, que será a base da próxima seção.

Características da migração no Estado de São Paulo na década de 1990: migração pendular e urbanização difusa

A partir da década de 1970, intensificaram-se mudanças na sociedade brasileira. A coexistência de novos processos, de novas dinâmicas de produção e de consumo são alguns fatores que corroboram com as complexas e intrínsecas relações rurais-urbanas.

No Brasil, a população é definida como rural ou urbana nos Censos Demográficos, a partir da delimitação e definição feita pela prefeitura municipal. E esta, por sua vez, tem interesses econômicos e tributários porque, se a área é caracterizada como rural, o proprietário recolhe o tributo, no caso o ITR (Imposto Territorial Rural) para o Governo Federal, mas, no caso das áreas consideradas urbanas, o tributo

- IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) é destinado ao poder local. Então, cria-se um embate político e operacional entre o que é de fato urbano e o que poderá ser.

No decorrer da década de 1990 verificaram-se alguns aspectos que caracterizam a dinâmica demográfica, principalmente no interior do Estado. O primeiro deles é o arrefecimento do êxodo rural que, segundo Cunha (2005), caiu no decorrer da década. Outro é o crescimento das ocupações não-agrícolas no meio rural que, segundo Basaldi (2002) e Graziano da Silva (2001), aumentaram no decorrer dos anos 1990 e com tendência de continuar aumentando nas primeiras do século XX.

Em virtude da queda dos empregos nas atividades agrícolas, os residentes rurais buscaram nas atividades não-agrícolas, tanto no espaço rural como no urbano, estratégias para permanecerem no campo. Segundo Balsadi (2002), a partir de sua pesquisa realizada no ano de 2000, no final dos anos de 1990 “mais de 50% da população economicamente ativa com residência rural ocupavam-se em atividades não-agrícolas”, no Estado de São Paulo. Balsadi (2002) enfatiza a importância do *commuting* ou migração pendular para entender a relação mais estreita entre o campo e a cidade, por meio das atividades econômicas. A mobilidade de pessoas está associada, *grossa modo*, à concentração do emprego e, portanto, à demanda de mão-de-obra. Assim, deve-se considerar as mudanças na divisão (social/territorial/espacial) do trabalho.

Segundo Cunha (2005), a migração rural-urbano no Estado de São Paulo apresentou, a partir da década de 1990, mudanças significativas, isto é, houve um arrefecimento do êxodo rural (tabela 2).

Tabela 2 – Taxas de crescimento médio anual da população rural e urbana no Estado de São Paulo – 1992/99.

Unidade da Federação	Regiões Metropolitanas			Regiões Não-Metropolitanas		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
São Paulo	1,41	1,57	1,42	1,66	1,86	1,69

Fonte: IBGE/PNDAs/Cunha (2003)

Como se percebe por meio da tabela 2, o crescimento médio anual da população rural paulista, entre 1992 e 1999, é significativo tanto nas áreas metropolitanas como não-metropolitanas. Segundo Veiga (2001), o crescimento da população rural está intimamente ligado à expansão urbana, ou seja, às demandas dos centros urbanos.

Outra característica marcante deste estado refere-se à incorporação do pacote tecnológico na agricultura de maneira tão profunda e heterogênea. Este processo, portanto, não gerou apenas um aumento na produtividade agrícola, como ainda acarretou, até a década de 1980, um acentuado êxodo rural. A partir da década de 1990, a migração rural-urbano definitiva não foi tão exacerbada, em virtude das novas atividades agrícolas e não-agrícolas e da possibilidade de trabalhar na cidade sem, necessariamente, deslocar-se definitivamente para os centros urbanos – *commuting*.

Segundo Perillo; Aranha (1993, p. 138), sobre a trajetória da urbanização e migração paulista, entre os anos de 1960 e 1990, a população rural decresceu acentuadamente, decorrente dos fatores anteriormente mencionados. Complementando essa análise, tem-se a contribuição de Perillo; Perdigão (2003, p. 98), ao afirmarem que, na década de 1990, novos fatores passaram a interferir na dinâmica econômica e migratória estadual. “Com a abertura comercial e financeira e a conseqüente internacionalização da economia, a política econômica vigente induziu a processos de reestruturação da base produtiva”.

Mesmo com aumento da taxa de urbanização no interior do Estado nos primeiros anos do século XXI, verificou-se que uma nova característica surgiu nesse período, o crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural, executadas por pessoas que residem no campo e também na cidade.

Um terço dos municípios do Estado tem taxa de urbanização entre 90 – 100%. São Municípios da região metropolitana de São Paulo, próximos a ela, no eixo São Paulo – Campinas – Ribeirão Preto e no Vale do Paraíba, ao longo da Via Dutra e na Baixada Santista, considerando-se também os da região central do Estado, regiões de Araraquara, Jaú, Botucatu e Bauru.

A taxa de urbanização média do Estado está entre 70 e 90 % com aproximadamente 321 municípios, com total de 52,8 % dos municípios do Estado, e, somando aos 244 com taxas acima de 90%, temos um total de 565, abrangendo 87,6 % dos municípios. Apenas 18,4% desses não possuem taxas de urbanização acima de 70 %, ficando entre 29 – 70%, num total de 100 municípios. Estes últimos estão localizados, em sua maioria, na região sul do Estado, principalmente no Vale do Ribeira. Outros, por sua vez, estão localizados na região de Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema e, mais alguns, na margem direita do Vale do Paraíba e da Via Dutra, no litoral nordeste do Estado. Todavia, duas dessas regiões, segundo a Fundação SEADE, são as mais pobres e menos produtivas do Estado, segundos os indicadores de PIB (Produto Interno Bruto) e de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Outro aspecto em destaque é a diminuição das migrações rural – urbano e entre as pequenas cidades para os grandes centros. Houve um crescimento nas taxas de urbanização nas Regiões

Metropolitanas de São Paulo e de Campinas e nas cidades de porte médio do interior, verificamos um decréscimo no êxodo rural, porém um novo padrão de população rural ligada às atividades urbanas.

Foi com base nestes números sobre a nova caracterização do rural paulista que procuramos estabelecer uma relação entre a ocupação do Estado de São Paulo com a caracterização da migração no Estado, entre a década de 1990 e o contexto atual.

No entanto, uma das regiões menos favorecidas, ora devido à distância dos maiores centros consumidores e dos fluxos de capitais, ora por fatores históricos de ocupação, concentração de terras, a Região de Presidente Prudente passa, atualmente, por um processo de arrefecimento do êxodo rural, com crescimento das ocupações e atividades não-agrícolas, a expansão da cultura canavieira e a desaceleração das migrações intra-regionais.

Especificidades regionais: RA de Presidente Prudente

No decorrer do texto procuramos estruturar uma breve análise sobre a dinâmica demográfica no Estado de São Paulo e, principalmente, avaliar como se deram os processos migratórios dentro de território paulista. Essa análise territorial remete a um olhar específico para a porção oeste do Estado. Verificamos, nessa parcela do Estado, que os ritmos de povoamento, de produção e de desenvolvimento se deram com menos intensidade.

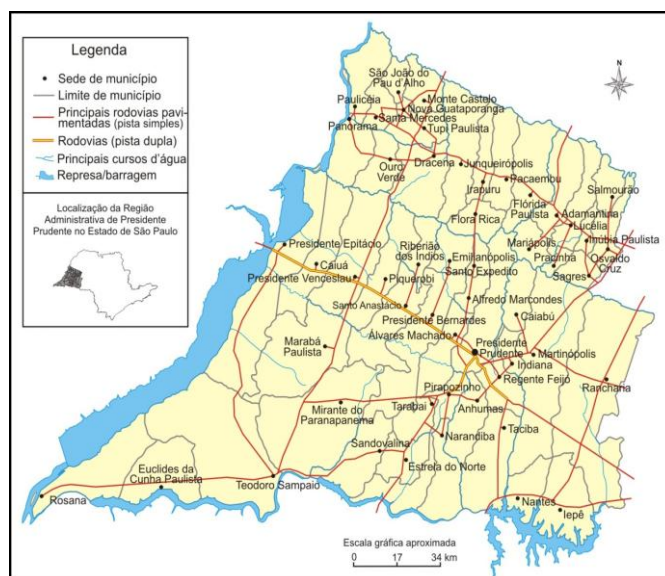
De fato, o aspecto da desconcentração industrial mostrou que esse processo ocorreu com menor impacto no Oeste Paulista, efetivamente na Região de Presidente Prudente, haja vista que as indústrias migraram para o eixo São Paulo – Campinas, em sua maioria.

A implantação de infra-estrutura por parte dos governos estaduais, durante as últimas décadas do século XX, foi pequena, visto, também, a ocorrência de uma urbanização mais difusa, menos concentrada com poucos centros urbanos de importância regional.

O campo e a cidade mantinham intrínsecas relações estabelecidas por meio do comércio, da prestação de serviços e das máquinas de beneficiamento. Abreu (1972) relata que o relacionamento econômico permitia o relacionamento social. A população do campo buscava na cidade serviços diversos e a comercialização de sua produção agrícola. As práticas religiosas, as atividades políticas, comerciais e de serviços estreitavam a relação campo-cidade.

A população rural nos anos de 1940 superava a urbana, por causa da ascensão das lavouras oleaginosas (algodão, amendoim e mamona) e da fraca intensificação do processo de urbanização e industrialização vivenciado nas principais cidades brasileiras, em especial aquelas localizadas nas proximidades das capitais nacionais.

No aspecto migratório, essa região foi a última a ser ocupada e apresenta até o início dos anos 2000 uma acentuada concentração de terras. A região sofreu também, no período de estagnação 1960-1990, um esvaziamento populacional nas pequenas cidades em direção ao centro regional, Presidente Prudente. O êxodo rural na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente foi determinante tanto para a estagnação do processo produtivo como para o crescimento de uma rede urbana mais densa.



Mapa 07: 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente
Fonte: Miyazaki et al (2006)

A 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente está dividida em três Regiões de Governo, as quais podem ser chamadas de *Microrregiões*, quais sejam a de Presidente Prudente, a de Adamantina e

de Dracena. Atualmente a RA de Presidente Prudente é composta por 53 municípios, conforme representado no mapa 07.

O centro urbano que polariza a referida RA é Presidente Prudente, pela concentração da população, de indústrias, de bens e de serviços, além da existência de infra-estruturas como estradas, fluxos de escoamento, aeroporto e serviços públicos. Depois de Presidente Prudente compõem as cidades de Adamantina e Dracena como sede das regiões de governo, porém com menor concentração populacional e de bens e de serviços. Outras cidades pequenas que fazem parte dessa região possuem também pouca infra-estrutura, baixo poder produtivo e populações com menos de 5.000 habitantes, com densidade demográfica abaixo de 29 hab./Km² e taxa de urbanização que não chega a 30%.

Como uma das regiões do interior paulista mais influenciada pelo processo migratório, a Região de Presidente Prudente, na década de 1990, apresentou um novo crescimento populacional. Uma das principais características desse crescimento foi a desaceleração no ritmo migratório interestadual quando as cidades menores deixaram de perder uma grande parcela da sua PEA (População Economicamente Ativa) para as regiões metropolitanas. Outra característica fundamental é a diminuição do êxodo rural, quando em algumas localidades ocorreu até mesmo o aumento da população rural. A terceira característica - uma das mais importantes -, foi, além do crescimento das ocupações e atividades não-agrícolas no espaço rural, a pluriatividade nas pequenas propriedades e a flexibilização do processo produtivo no setor agrícola, com a verticalização da produção e agregação de valor.

A tabela 3 apresenta a evolução da dinâmica demográfica na região de Presidente Prudente durante os anos de 1991 a 2000. Para tanto, observa-se que o ritmo de crescimento é estável.

Tabela 3: População total, urbana e rural da RA de Presidente Prudente, 1991 e 2007.

População da RA de Presidente Prudente/anos	Rural	Urbana	Total
1991	139.466	610.476	749.942
1996	129.454	641.022	770.476
2000	118.870	684.647	803.517
2007	-	-	828.824

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2007, Contagem populacional 1996

Verificamos que o declínio da população rural é, proporcionalmente, menos intenso que o crescimento da população total e urbana. Entre 1991 e 2000, a população rural teve um decréscimo de 20.596 habitantes, sendo que a população urbana cresceu 74.171 habitantes, e o crescimento da população total neste período foi de 53.575, relativamente menor que da população urbana. Somando o período entre 1991 a 2007, a proporção de crescimento da população total se iguala à da população urbana no período entre 1991 e 2000, isto é, de 78.982.

De fato, a proporcionalidade de crescimento da população urbana da região, no período entre 1991 e 2000, se iguala ao crescimento do total no âmbito regional, entre 1991 – 2007. O processo de retomada de crescimento na região de Presidente Prudente, embora ao longo de sua história não seja alvo de intensos investimentos com grandes políticas públicas para o desenvolvimento, apresenta um caráter de adaptação ao processo produtivo de escala nacional.

Considerações finais

Esse trabalho, dentro de suas limitações, tratou de enfatizar o processo migratório intra-regional e rural-urbano no Estado de São Paulo. Para tanto, três processos foram importantes para compreender as mudanças no perfil demográfico paulista, quais sejam a desconcentração industrial, a modernização da agricultura e a urbanização difusa.

Na RA de Presidente Prudente, nos últimos 20 anos, a população total e urbana cresceu de maneira expressiva e, em contrapartida, a população residente no espaço rural apresentou um declínio, sobretudo nos principais municípios – Presidente Prudente, Dracena e Adamantina.

O processo de modernização agrícola não alterou, de maneira significativa e direta, as bases técnicas da agropecuária da RA de Presidente Prudente. Desde a década de 1950, com a decadência das lavouras oleaginosas e a substituição pela cultura canavieira, houve uma diminuição dos residentes rurais - sobretudo aqueles que não possuíam a propriedade jurídica da terra, como arrendatários, parceiros, meeiros, trabalhadores permanentes e temporários - que, impossibilitados de continuar nas atividades agrícolas, buscaram nos centros urbanos locais uma fonte de renda. A migração rural-urbano, na RA de Presidente Prudente, ocorreu em boa parte dos municípios com indicadores sociais e econômicos menos problemáticos. Houve, de maneira acentuada, a migração dos pequenos municípios em direção aos centros locais – Presidente Prudente, Dracena e Adamantina.

É necessário esclarecer que a região de Presidente Prudente, no que se refere aos indicadores sociais e econômicos, é a segunda mais pobre do Estado de São Paulo, ficando à frente apenas do Vale do Ribeira. Assim, os fluxos migratórios da RA de Presidente Prudente ocorrem no sentido RAs de Campinas e Sorocaba e RM de São Paulo.

Atualmente, o êxodo rural apresenta arrefecimento, em virtude do crescimento das atividades agrícolas e não-agrícolas, que estão vinculadas às demandas cidadinas. Hoje é necessário pensar que o rural é mais amplo que o agrícola, porque envolve diferentes dimensões, diversas funções e abarca distintos atores sociais. A mudança na concepção de rural permite situar nossa preocupação de evitar se associar o rural apenas ao agrícola e o urbano à indústria.

Finaliza-se o texto com a contribuição de Cunha (2003), ao afirmar que a definição de rural e urbano no Brasil envolve decisões administrativas, ou melhor, interesses políticos. Essa in(definição) oculta, de certa maneira, a importância e os dados reais da população rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 702, 2000. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/texto>>. Acesso em julho de 2003.

_____. O futuro do rural. **Revista Globo Rural**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2002.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

BASALDI, Otavio Valentin. **Mudanças rurais e emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.

CANO, Wilson. **A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, v.10, n.02, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, José Marcos Pinto. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: SEADE, v.19, n.4, out-dez de 2005, p. 3-20. Disponível em < http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v_19n04_01.pdf > Data de Acesso: 15 de setembro de 2008.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Banco de dados**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José, CAMPANHOLA, Clayton, DEL GROSSI, Mauro E.. São Paulo: uma volta ao campo. **Projeto Rurbano** – Fase III. IE/Unicamp, Campinas/SP. Disponível na internet em: www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/volta_campo.pdf

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.37-50, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 112, 2003, 35p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Hucitec, São Paulo, 1984.

PERILLO, Sonia Regina; ARANHA, Valmir José. Tendências recentes da migração. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: SEADE, v.07, n.03, julho-setembro de 1993.

PERILLO, Sonia Regina. Novos caminhos da migração no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: SEADE, v.10, n.02, abr/jun de 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003.

SEADE, SP DEMOGRÁFICO – Resenha de Estatísticas Vitais no Estado de São Paulo. Ano 6, n. 1, Maio de 2005. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spdemog/PDF/maio 2005.pdf> Data de acesso: 05 de outubro de 2008.

SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: una reflexión en torno de su definición. In: **Avances de investigación**. Universidad Autónoma de Chapingo. Sociología Rural, n. 1, 1998, p. 5-28.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto para discussão**, São Paulo: NEAD/MDA, agosto/2001 (mimeog.).

WALDVOGEL, Bernadette Cunha; CAPASSI, Rosana. Cenários da população paulista dos anos 90 ao futuro. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: SEADE, v.13, 1999, p. 186-195.